

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE**  
**CURSO DE PSICOLOGIA**

Bruna Ades

**TORNAR-SE TESTEMUNHA: APROXIMAÇÕES ENTRE A PSICOLOGIA SOCIAL E  
A VIOLÊNCIA DE ESTADO**

SÃO PAULO

2023

Bruna Ades

**TORNAR-SE TESTEMUNHA: APROXIMAÇÕES ENTRE A PSICOLOGIA SOCIAL E  
A VIOLÊNCIA DE ESTADO**

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial  
para graduação no curso de Psicologia, sob orientação da  
Prof<sup>a</sup> Renata Paparelli.

SÃO PAULO

2023

## **AGRADECIMENTOS**

À minha mãe, Alessandra, por todo o afeto e cuidado de sempre;

Ao meu pai, Marcelo, pelo apoio incondicional na busca do meu caminho;

À minha irmã Gabriela, por sempre me desafiar a buscar uma melhor versão de mim mesma;

À Cajá, minha vira-lata, por trazer alegria e amor;

Aos meus amigos Jean e Tomás, que ensinam novas maneiras de ver o mundo e inspiram a curiosidade por tudo que cruza nossos caminhos;

À minha orientadora Renata Paparelli, por sempre me fazendo acreditar em minhas escolhas;

Aos meus professores e professoras, que ao longo dos anos me instigaram a pensar sobre o mundo e a me rever constantemente;

Às minhas amigas e aos meus amigos, que trocam aprendizados e dão leveza à vida.

À Deborah Sereno, parecerista, pela disponibilidade.

"Hannah associa o amor ao mundo, o amor mundi, à capacidade de compromisso, reflexão e discernimento. É um amor que requer a reflexão sobre os próprios atos e a compreensão de suas consequências. Nesse raciocínio, há paralelos com seu pensamento sobre o mal. De acordo com Hannah, a indiferença pode ser terreno fértil para o mal, e a antítese da indiferença é a reflexão. Portanto, temos todos uma responsabilidade de refletir sobre nossos atos, de escolher, de não apenas obedecer e seguir o rebanho."

*Ann Heberlein, Arendt: Entre o amor e o mal: uma biografia (2021)*

## RESUMO

A presente pesquisa parte da reflexão sobre bibliografia relacionada a traumas coletivos provocados por violência de Estado dentro do campo da Psicanálise e da Psicologia Social e das obras testemunhais de Primo Levi, sobrevivente do Holocausto, na direção da compreensão das peculiaridades deste tipo de trauma e as possíveis inserções da Psicologia enquanto área do saber. Entendendo o trauma provocado pela violência de Estado em seus aspectos individuais e coletivos recorreu-se a Clínica do Testemunho como abordagem para lidar com esse tipo de trauma, destacando a importância do reconhecimento social e do compromisso político da Psicologia. Ressalta-se a importância da transformação da clínica tradicional, deixando de lado a neutralidade e incluindo uma postura afetiva e implicada da psicóloga e da Psicologia. Nesse sentido, ao fazer clínica, torna-se testemunha do testemunho do sobrevivente, tornando o trabalho com o sujeito, também um trabalho político na direção do compromisso social. Por fim, enfatiza-se a necessidade de combater o silêncio e buscar o reconhecimento coletivo, promovendo a transformação da sociedade e a construção da memória, não só do Holocausto, mas também ampliando os estudos para outros eventos traumáticos e formas de opressão, visando uma abordagem ética e abrangente.

**Palavras-chave:** Violência de Estado; Trauma coletivo; Compromisso Social.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>6</b>
<b>2 CAPÍTULO I</b>	<b>10</b>
2.1 A Shoah	10
2.2 O Testemunho de Primo Levi	12
<b>3 CAPÍTULO II</b>	<b>17</b>
3.1 A Psicologia	17
3.2 O que é o trauma?	17
3.3 Traumatização Psicossocial Coletiva	22
3.4 A Clínica	24
<b>4 CAPÍTULO III</b>	<b>31</b>
4.1 Tornar-se testemunha do testemunho	31
4.2 Compromisso social	32
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>35</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>37</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O século XX foi um período marcado por mudanças profundas nos mais diversos âmbitos, abrangendo todos os campos da vida humana, desde a dinâmica do capitalismo mundial, até os aspectos mais básicos do cotidiano, estendendo seus efeitos a todas as partes do mundo. Avanços tecnológicos revolucionaram os transportes e as comunicações, praticamente anulando o tempo e a distância, possibilitando o contato rápido e eficiente entre pessoas ao redor do planeta, a circulação cada vez mais acelerada de informações e o acesso ao entretenimento de maneira inovadora.

Outro marco importante foi o florescimento de grandes campos do conhecimento, a Psicologia e a Psicanálise se estabeleceram enquanto áreas do saber, transformando a maneira de enxergar o sujeito e o mundo; Reflexões sobre alternativas ao modo capitalista de produção tomaram força, popularizando-se ao redor do mundo e indicando possíveis revoluções nos mais diversos lugares do planeta. Ao longo do século as discussões sobre possibilidades para além do capitalismo se fizeram presentes, porém, se transformaram a ponto de ser visto seu declínio no fim do século; avanços nos conhecimentos médicos tornaram possível o tratamento de diversas doenças e o aumento da expectativa de vida; a taxa de alfabetização e escolaridade aumentaram.

Nos âmbitos político, social e econômico, houve acontecimentos que marcaram a História da humanidade em vários aspectos que surtiram múltiplos efeitos. Como colocado por Eric Hobsbawm (1994), o século XX encerra em si uma Era de Catástrofes, uma Era de Ouro e Décadas de Crise. A primeira delas, a Era das Catastrofes, abrange o período de 1914 até depois da Segunda Guerra Mundial e é composta pela ascensão do Partido Nacional-Socialista, liderado pela figura de Adolf Hitler, que dá início ao Holocausto; pelos ataques estadunidenses a bombas nucleares em Hiroshima e Nagasaki, no Japão; pela Guerra Fria; entre outros acontecimentos. A Era de Ouro teve início em 1947 e fim na década de 1970 e foi nesse período que se gestou o movimento de contenção e superação dos danos causados pelo período anterior, caracterizando-se, principalmente, pelos avanços do capitalismo que logrou a criação de "[...] uma economia mundial única, cada vez mais integrada, operando em grande medida por sobre as fronteiras de estado ('transnacionalmente') e, portanto, também cada vez mais, por sobre as barreiras da ideologia de Estado" (HOBBSAWM, 1994, p. 19); pela polarização radical entre capitalismo e socialismo; pelas ditaduras militares estabelecidas em diversos países da América Latina; pela Guerra do Vietnã.

Tendo isto em vista, em nível mundial, o cenário econômico passa a ter centralidade nos Estados Unidos da América, que detêm um grande poder, tornando-se a maior potência do mundo; no âmbito político-social, diversos países adotam o Estado de Bem-Estar Social, que busca reparar os danos sociais produzidos pelos conflitos, trazendo mudanças para o capitalismo existente até então; nas organizações populares criam-se movimentos sociais, conhecimentos são produzidos e novas configurações políticas tomam forma.

Na década de 1980 e início da década de 1990, o mundo socialista entrou em colapso e o mundo capitalista se viu diante de problemas semelhantes aos do entreguerras, como o desemprego, as crises cíclicas, etc., que, até então, pareciam ter sido resolvidos. É este período que Hobsbawm (1994) intitula Décadas de Crise, sendo marcado por crises políticas, econômicas, sociais e morais, indicando que os problemas colocados, na verdade, tratavam de problemas a longo prazo, que seriam enfrentados não apenas naquele momento, mas possivelmente até o próximo século.

Hobsbawm (1994) afirma, ainda, que o mundo do início do século XX não pode ser comparado com o mundo de seu fim, já que houve mudanças qualitativas em pelo menos três aspectos. Em primeiro lugar, o planeta deixou de ser eurocêntrico, suas indústrias passaram a se estabelecer em outros lugares, sua população fora reduzida, perdeu-se sua centralidade econômica e política, potências européias desapareceram, entre outros fatores que refletem mudanças na configuração econômica, intelectual e cultural do mundo. Em segundo lugar, está a crescente globalização, que fez do mundo uma unidade operacional única e básica, afetando a economia, a política e a vida privada. A terceira mudança está ligada à "[...] desintegração de velhos padrões de relacionamento social humano, e com ela, aliás, a quebra dos elos entre gerações, quer dizer, entre passado e presente." (HOBSBAWM, 1994, p. 24), os valores do individualismo associal absoluto ganhou lugar central, tanto formalmente, quanto informalmente. A sociedade passou a ser composta por "[...] indivíduos egocentros sem outra conexão entre si, em busca da própria satisfação (o lucro, o prazer ou seja lá o que for) [...]" (HOBSBAWM, 1994, p. 25), o que esteve sempre implícito na teoria capitalista.

Além disso, o século XX não termina de maneira trágica apenas pelos problemas causados pelo capitalismo, mas também só por ter sido

[...] o século mais assassino de que temos registro, tanto na escala, frequência e extensão da guerra que o preencheu, mal cessando por um momento na década de 1920, como também pelo volume único das catástrofes humanas que produziu, desde as maiores fomes da história até o genocídio sistemático. (HOBSBAWM, 1994, p. 22)

Neste século, colocam-se inúmeras regressões dos padrões tidos como normais, esqueceu-se de convenções de guerra, que colocavam que os ataques não deveriam ser feitos contra civis; elevou-se a contagem de mortes aos milhões; e retrocedeu-se a brutalização das condições humanas de vida.

Tendo em vista todo este cenário, o presente projeto terá como material de análise as catástrofes humanas ocorridas no século XX e seus efeitos nos dias de hoje. O período chamado por Hobsbawm de Era das Catástrofes, encerra muitas delas, porém ao adentrar os outros períodos, podemos perceber que também são compostos por catástrofes humanas - as ditaduras militares na América Latina nas Era de Ouro é um exemplo -, que também servirão como material nesse projeto.

Quando se olha para os eventos ocorridos no século XX, nota-se regressões inumeráveis dos padrões tidos como normais, a brutalização da vida humana é clara e a quantidade de mortes e de sobreviventes é levada aos milhões, algo que nunca havia sido registrado na História. Nota-se também um fator que produz efeitos únicos: a maior parte das catástrofes foram perpetradas pelo Estado, pela violência advinda do Estado contra as populações civis.

Esse tipo de violência certamente produz traumas individuais que reverberam na vida pessoal dos sujeitos e de seus núcleos sociais, mudando o rumo de histórias familiares, dos lugares circulados, das lembranças trazidas e muitos outros elementos pertencentes à vida. O cenário dos países também muda de maneira radical, sua economia, em alguns casos seu sistema político, suas estruturas físicas, sua população, os alimentos tradicionais, entre outros. Nesse sentido, é importante notar que todos os fatores citados, aliados a outros aspectos próprios deste tipo de violência, produzem não só traumas no âmbito individual, mas também traumas coletivos que abrangem uma enorme parcela dos envolvidos naquele evento - mesmo que de maneiras e em tempos muito diferentes -, ganhando características próprias e produzindo profundos efeitos sociais e históricos. Como colocado por Hobsbawm (1994), "Eles não são apenas marcos em nossas vidas privadas, mas aquilo que formou nossas vidas, tanto privadas como públicas." (p.14) e que, de diversas maneiras, formam até hoje.

Para além de ocorridas diversas catástrofes no século XX, nota-se também que "A destruição do passado - ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas - é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX" (HOBSBAWM, 1994, p.13), fazendo com que os traumas individuais e coletivos fiquem encerrados no período em que ocorreram, não sendo metabolizados e elaborados e produzindo efeitos e sintomas no tecido social que podem ser percebidos em

nosso presente. Notamos, hoje, que a memória histórica não está viva, possibilitando a reedição de catástrofes como as do passado, o que justifica o contínuo trabalho de análise sobre este século, que ainda tem muito a dizer sobre o hoje e o amanhã.

Em suma, a partir do cenário exposto acima, especialmente as catástrofes do século XX marcadas pela violência de Estado, os traumas individuais e coletivos produzidos, as marcas produzidas pelo esquecimento e seus efeitos nos dias de hoje, este projeto busca, a partir das obras testemunhais *É Isto um Homem?* (1988) e *Os Afogados e os Sobreviventes: os Delitos, os Castigos, as Penas e as Impunidades* (2022) de Primo Levi, fazer aproximações teórico-reflexivas entre a Psicanálise, enquanto área de conhecimento que floresceu no século XX, e que se ocupa de traumas em seu fazer clínico, e certa Psicologia Social crítica, que nos dá elementos para entender estes eventos socialmente e coloca o compromisso social da Psicologia. Além disso, teceremos considerações acerca do papel da clínica com sobreviventes, não apenas em seu fazer psicanalítico tradicional de escuta, mas também enquanto clínica do testemunho, espaço de afetividade e acolhimento.

A obra de Primo Levi foi escolhida já que compõe um testemunho rico em reflexões, que permite uma aproximação com o período histórico tratado. A Psicanálise ganhou seu espaço no projeto, por ser uma área extremamente importante e difundida da Psicologia, tendo florescido em meio às catástrofes do século XX e por colocar enfoque especial no trauma em sua construção da teoria. Já a Psicologia Social é inserida no projeto por caminhar na direção da análise desses contextos históricos em seu componente e em seus efeitos coletivos e sociais, indicando também aspectos importantes sobre o compromisso social e político da Psicologia.

Nesse sentido, o projeto parte de uma revisão bibliográfica e do testemunho proporcionado por Levi na direção do encontro entre produções - feitas principalmente pela Psicanálise e pela Psicologia Social - relacionadas a traumas coletivos produzidos pela violência de Estado, a clínica psicanalítica e as análises sociais e políticas de seus efeitos. Seguindo o caminho da clínica e buscando expandi-lo, procura-se entender como as experiências de traumas coletivos produzidos pela violência de Estado e a clínica psicanalítica se relacionam com o compromisso social da Psicologia, enquanto área de conhecimento e atuação, vislumbrando um caminho ético-político para a profissão e buscando responder a questão que surge: Tendo em vista os sofrimentos produzidos e os impactos sociais, históricos e políticos de traumas coletivos produzidos pela violência de Estado, de que maneira e em que medida a Psicologia deve atuar?

## 2 CAPÍTULO I

### 2.1 A *Shoah*

Passados os duros anos de conflitos, guerras e genocídios localizados principalmente na Europa, instalou-se um sentimento de otimismo, acreditava-se que as atrocidades mais perversas teriam ficado para trás, agora buscando-se um destino mais pacífico, com sucessos econômicos e sociais que trouxessem para o mundo uma nova estabilidade. Porém pouco tempo após a Guerra Fria, novos tipos de violência se instalam, novos tipos de conflito passaram a reger a ordem mundial, indicando a atualização da violência e a desconexão entre presente e passado já que se repetiam as violências do final do século XX. Massacres acontecem na

[...] Bósnia (1995), Kosovo (1998) e Macedônia (2001) na própria Europa; o genocídio em Ruanda (1994), além das constantes matanças na África ocidental e o programado genocídio de Darfur, no Sudão (2003), ao lado da persistência e a permanente reinvenção do antisemitismo [...] (SILVA; SCHURSTER, 2016, p. 746).

Nesse sentido, nota-se que "[...] a generosa e otimista tese que afirmava: com o conhecimento global sobre o Holocausto não haveria mais espaço para tais fenômenos, era não só infundada como também amplamente equivocada." (SILVA; SCHURSTER, 2016, p. 746), já que "[...] ao longo do século XX lidar com esses 'traumas' nem sempre foi possível e que, em alguns casos, o esquecimento foi a forma escolhida para lidar com o trauma do passado que se fazia presente." (SILVA; SCHURSTER, 2016, p. 748). Ou seja, a violência e seus efeitos, em nível individual e social, parecem não ter sido suficientemente elaborados e interiorizados, desligando passado e presente e fazendo com que as catástrofes fossem atualizadas e surgissem através de novas facetas.

Ao olharmos para a dinâmica social atual, podemos identificar diversos efeitos dos traumas produzidos pela violência de Estado, indicando uma grande desconexão entre o presente e o que foi vivido por gerações passadas. Encontramo-nos em um cenário de grande ascensão do neoliberalismo e da extrema-direita, produzidos pela globalização e expansão do capitalismo e que se utiliza de mecanismos fascistas, vistos em outros momentos históricos, para sua reprodução. Figuras como Jair Messias Bolsonaro no Brasil, Donald Trump nos Estados Unidos da América e Benjamin Netanyahu em Israel indicam para o abandono dos tímidos progressos feitos após os períodos de totalitarismo no mundo, indo novamente em

direção a regressões dos padrões normais de vida e buscando um retrocesso, abrindo ainda mais as portas para uma atualização das violências de Estado e dos traumas carregados pelas diferentes gerações.

Desta maneira, procura-se "compreender de forma profunda como essas feridas do passado foram causadas e como elas refletem diretamente no tempo presente de determinadas sociedades." (SILVA; SCHURSTER, 2016, p. 748), ou seja, busca-se entender como produziram-se estas feridas e suas particularidades, para, assim, compreender seus efeitos no presente, abrindo caminho para o entendimento das possíveis atuações e o vislumbre de um futuro que não reproduza as atrocidades já vividas no passado. Para a produção desta análise e de sua relação com a Psicologia, escolheu-se o Holocausto, já que esta parte da História da humanidade é de grande importância na trajetória da autora e que

A historiografia do Holocausto deve ser estudada por oferecer exemplos – desde o trabalho da memória “viva” dos sobreviventes, os “testemunhos”, até a construção narrativa do fenômeno e a produção de filmes, peças teatrais e romances, além de monumentos e museus, para um campo fundamental e novo da história dos traumas coletivos. (SILVA; SCHURSTER, 2016, p. 747).

Assim, o estudo do Holocausto, além de nos oferecer vastos materiais que possibilitam as análises nos mais diversos sentidos, marca um momento histórico de extrema importância, já que transforma o entendimento de genocídio, violência e, até mesmo, de ser humano, marcando o século e a História da humanidade.

Faz-se necessário pontuar que são utilizadas inúmeras nomenclaturas para os acontecimentos vistos a partir do início da chamada Solução Final<sup>1</sup> e que ao redor de cada uma delas, existe uma discussão histórica e política que marca como os historiadores e a população entendem os eventos. Neste projeto será utilizado o termo *Shoah*, que foi empregado pela primeira vez em um folheto publicado em Jerusalém no ano de 1942, fazendo referência ao extermínio sistemático de judeus na Europa. O termo tem origem no *íidiche*<sup>2</sup>, significa catástrofe e as comunidades judaicas o escolhem por ter origem em seus dialetos e por possibilitar "[...] o entendimento de que o ocorrido com a comunidade judaica não foi parte de um sacrifício, mas sim uma tentativa de aniquilação sistemática de uma população." (SILVA; SCHURSTER, 2016, p. 750).

---

<sup>1</sup> plano de genocídio da população judaica de todos os territórios ocupados pela Alemanha nazista.

<sup>2</sup> língua germânica das comunidades judaicas da Europa central e oriental.

## 2.2 O Testemunho de Primo Levi

Seja qual for o fim desta guerra, a guerra contra vocês nós ganhamos; ninguém restará para dar testemunho, mas, mesmo que alguém escape, o mundo não lhes dará crédito. Talvez haja suspeitas, discussões, investigações de historiadores, mas não haverá certezas porque destruiremos as provas junto com vocês. E ainda que fiquem algumas provas e sobreviva alguém, as pessoas dirão que os fatos narrados são tão monstruosos que não merecem confiança: dirão que são exageros da propaganda aliada e acreditarão em nós, que negaremos tudo, e não em vocês. Nós é que ditaremos a história dos Lager. (LEVI, 2022, p. 7).

Sobrevivente de Auschwitz, Primo Levi, após a libertação em 1945, dedicou sua vida à produção de testemunhos, reflexões, indagações e lembranças sobre as atrocidades vividas na *Shoah*. O autor, um químico italiano submetido ao *Lager*<sup>3</sup> aos 24 anos, inicia seu livro *Os Afogados e os Sobreviventes: os Delitos, os Castigos, as Penas e as Impunidades* (2022) utilizando o trecho citado acima referindo-se ao discurso nazista muito presente no dia a dia dos campos e em sua experiência. Segue colocando que, assim como qualquer máquina, a máquina nazista também possuía falhas e mesmo com a tentativa de destruição de provas e pessoas, a história pode ser contada graças ao que chama de "combatentes-historiadores" ou "historiadores de si mesmos" (LEVI, 2022, p. 8), sobreviventes das atrocidades e das tentativas de aniquilamento que, quando libertos, resgatam as histórias, os restos, os escombros. Em paralelo à questão histórica, Levi narra sua experiência pessoal, a estranha dualidade de testemunhar: a necessidade essencial de fazê-lo e, ao mesmo tempo, sua impossibilidade.

Necessidade, já que o relato carrega valor histórico, sendo imprescindível para compor a documentação e a narrativa da *Shoah*, não permitindo que o objetivo nazista se realize: a aniquilação total das minorias perseguidas e a história contada pelos olhos e crenças dos opressores. Necessidade, ainda, pelo fato de que os atos cometidos foram de tamanha vileza, que se torna difícil escutar e acreditar que o ser humano seria capaz de tamanha maldade, sendo necessário que aqueles que viveram, transmitam os ocorridos à posteridade, para que seus ouvintes não permitam que tais atrocidade ocorram novamente. No âmbito pessoal, a necessidade se coloca como possibilidade de seguir em frente, testemunhar e se deparar com o vivido abre caminho para a metabolização e a elaboração, tornando parte de sua história e não um fator capaz de destruí-lo.

Em meio a esta necessidade de testemunhar, Primo Levi relata o sentimento oposto: a impossibilidade de fazê-lo. Em primeiro lugar, isso se dá já que muitas das lembranças,

---

<sup>3</sup> Lager: campos de concentração, de extermínio e de trabalho forçado.

inscritas no trauma, encontram-se enevoadas, embaralhadas, esquecidas, ou até mesmo em formato de sonhos, não sendo possível um testemunho completamente fidedigno e linear - o que muitas vezes é esperado por parte de quem ouve. Impossibilidade também, pois a escuta de tais relatos faz-se árdua ao ouvinte, que, muitas vezes, se nega a fazê-lo de maneira ativa e ao negar-se torna a traumatizar o sobrevivente. No âmbito pessoal, reviver o *Lager* é aterrorizante, faz vivo o sentimento de que voltar àquelas cenas teria a capacidade de destruir quem narra naquilo que ainda lhe restou de humano. Outro componente da impossibilidade do testemunho, é a culpa, presente de diversas maneiras, sendo sua forma mais comum a culpa por ter sobrevivido em um sistema feito para o aniquilamento e que o fez com milhões de pessoas.

Em busca de dar forma ao vivido, muitos sobreviventes passam a estudar profundamente a *Shoah*, buscando compreender os ocorridos e amenizar o sentimento de culpa. Porém nota-se que, muitas vezes, este ato traz ainda mais inquietação, já que as perguntas que os inquietam não possuem respostas plausíveis. Como enfrentamento desse sentimento, muitos são impelidos a contar suas narrativas, mas como colocado por Levi (2022), isso não alivia a culpa, já que não se sentem testemunhas completas

Nós, sobreviventes, somos uma minoria anômala, além de exígua: somos aqueles que, por prevaricação, habilidade ou sorte, não tocamos o fundo. Quem o fez, quem fitou a górgona, não voltou para contar, ou voltou mudo; mas são eles, os “Muselmann” (os fracos, os ineptos, os destinados à “seleção”), os que submergiram – são eles as testemunhas integrais, cujo depoimento teria significado geral. Eles são a regra, nós, a exceção. (p. 66).

Diante do paradoxo da necessidade-impossível, muitos sobreviventes optaram por esconder-se, por medo de novas perseguições; pelo estigma que carrega ser um sobrevivente, colocado ao mesmo tempo em um lugar de dó e de herói; pelo medo das próprias lembranças e de reviver o traumático. Este caminho se justifica e deve ser acolhido, já que “[...] a recordação de um trauma, sofrido ou infligido, é também traumática, porque dói ou pelo menos perturba.” (LEVI, 2022, p. 18), trazendo profundo sofrimento e fazendo com que o esquecimento se mostre como caminho para cancelar a recordação e não renovar a dor.

Muitos dos sobreviventes que permaneceram em silêncio, encontraram-se com a necessidade de testemunhar anos depois, em nome da luta contra o esquecimento dos ocorridos na *Shoah*, entendendo que este evento produziu inúmeros sobreviventes e vítimas, mas também foi responsável pela naturalização da violência, como é visto nas novas gerações e na sociedade moderna de maneira geral.

Para outros sobreviventes, assim como para Primo Levi, o testemunho da *Shoah* após a libertação tornou-se uma missão, mesmo que também vivessem o paradoxo da necessidade-impossível. Como colocado pelo autor no livro *É Isto um Homem? (1988)*, "A necessidade de contar 'aos outros', de tornar 'os outros' participantes, alcançou entre nós, antes e depois da libertação, caráter de impulso imediato e violento, até o ponto de competir com outras necessidades elementares" (LEVI, 1988, p. 8).

Seligmann-Silva, historiador e grande estudioso da literatura, tece produções que nos ajudam no entendimento dos testemunhos e de sua importância na Psicologia e na História. Nesse sentido coloca:

O testemunho coloca-se desde o início sob o signo de sua simultânea necessidade e impossibilidade. Testemunha-se um excesso de realidade e o próprio testemunho enquanto narração testemunha uma falta: a cisão entre a linguagem e o evento, a impossibilidade de recobrir o vivido (o real) com o verbal. O dado inimaginável da experiência concentracionária desconstrói o maquinário da linguagem (2003, p. 47 apud ALVES e SOUSA, 2008, p. 3).

Seligmann-Silva traz um elemento fundamental do testemunho: a linguagem. A vivência de traumas muitas vezes é recordada a partir de cenas, de cheiros, de sons, de sensações corporais, além de estarem inseridos em uma lógica completamente invertida e estranha a vida cotidiana, fazendo com que se torne extremamente árdua a tentativa de transformar estes elementos em uma linguagem acessível ao outro. É importante salientar também, que por conta desta complexidade presente na memória, o testemunho de sobreviventes pode se materializar também através de diversas maneiras: do discurso, de posturas corporais e gestos, dos silêncios, da escrita, da arte, entre tantas outras possibilidades de expressão e transmissão da experiência humana. Primo Levi indica em seus testemunhos tal inversão da lógica, do que significa ser humano naquele contexto e de sua difícil compreensão por parte do ouvinte. Levi (1988, p. 32 - 33) coloca

Bem sei que, contando isso, dificilmente seremos compreendidos, e talvez seja bom assim. Mas que cada um reflita sobre o significado que se encerra mesmo em nossos pequenos hábitos de todos os dias, em todos esses objetos nossos, que até o mendigo mais humilde possui: um lenço, uma velha carta, a fotografia de um ser amado. Essas coisas fazem parte de nós, são algo como os órgãos de nosso corpo; em nosso mundo é inconcebível pensar em perdê-las, já que logo acharemos outros objetos para substituir os velhos, outros que são nossos porque conservam e reavivam nossas lembranças.

Imagine-se, agora, um homem privado não apenas dos seres queridos, mas de sua casa, de seus hábitos, sua roupa, tudo, enfim, rigorosamente tudo que possuía; ele será um vazio, reduzido a puro sofrimento e carência, esquecido de dignidade e discernimento - pois quem perde tudo, muitas vezes perde também a si mesmo;

transformando em algo tão miserável, que facilmente se decidirá sobre sua vida e sua morte, sem qualquer sentimento de afinidade humana, na melhor das hipóteses considerado puros critérios de conveniência. Ficará claro, então, o duplo significado da expressão 'Campo de extermínio', bem como o que desejo expressar quando digo: chegar no fundo.

Tendo em vista todos os elementos, sentimentos e características de um testemunho colocados acima, entende-se que os livros *Os Afogados e os Sobreviventes: os Delitos, os Castigos, as Penas* (2022) e *as Impunidades e É Isto um Homem?* (1988) publicados por Primo Levi formam um testemunho, carregando memórias e vivências, trazendo diversas reflexões, colocando perguntas essenciais e buscando respostas que talvez nunca se materializem. Mais que isso, suas obras buscam lembrar que os horrores narrados por diversos sobreviventes e os seis milhões de judeus mortos realmente existiram, tiveram suas vidas interrompidas de maneira brutal, há pouco mais de meio século. Desta maneira, aponta para a luta para que tais eventos não se repitam nem mesmo sob diferentes roupagens, interesses e alvos.

Desta forma, suas obras, além de narrar suas experiências na busca por elaboração pessoal, tem caráter de denúncia e de luta, não apenas no sentido de contabilizar vítimas e atrocidades, mas sim de, através de um testemunho pessoal e recheado de subjetividade "[...] fornecer documentos para um sereno estudo de certos aspectos da alma humana." (LEVI, 1988, p. 7). Além disso, busca contribuir para a História e marcar que os horrores foram vividos por pessoas, como nós e que "É natural e óbvio que o material mais consistente para a reconstrução da verdade sobre os campos seja construído pelas memórias dos sobreviventes." (LEVI, 2022, p. 11), marcando a necessidade do trabalho com os testemunhos e o aprofundamento sobre os efeitos de catástrofes como essas nos âmbitos individuais e coletivos.

Uma marca importante das catástrofes do século XX nos dias de hoje, colocada por Hobsbawm (1994) e por muitos outros autores é o esquecimento, a desconexão entre passado, presente e futuro. Cristiane Nakagawa (2014), ao falar sobre o esquecimento imposto às novas gerações, coloca que não possuímos meios alternativos de preservação do passado e, citando Hobsbawm (2013), indica que a

(...) tradição oral, memória familiar, tudo que depende da efetiva comunicação intergeracional em desintegração nas sociedades modernas. Em todo caso, a história de grandes coletividades, nacionais ou não, não se apoiou na memória popular, mas naquilo que os historiadores, cronistas ou antiquários escreveram sobre o passado, diretamente ou mediante livros escolares, naquilo que os professores ensinaram a seus alunos a partir desses livros escolares, na forma como escritores de ficção,

produtores de filmes ou programadores de televisão e vídeo transformaram seu material. (p. 376)

Justamente por isso, para muitos sobreviventes, a produção desse material e a transmissão do vivido tornou-se parte de seu dever. Primo Levi é um exemplo claro do entendimento do testemunho enquanto elaboração, denúncia, documentação, preservação da memória social e produção de um futuro diferente.

O autor afirma que a importância histórica do testemunho nasce no momento mesmo em que se criou a testemunha, uma vez que, se existe uma situação que deixa para trás sobreviventes, há a necessidade de eles preservarem e transmitirem as memórias de um acontecimento que, sem suas denúncias, estão fadados à impunidade. Passa a ser sua obrigação contar o que mais ninguém pode relatar, expor aquilo que a história tentará esconder, trazer à luz o lado obscuro do homem, seus crimes, suas atrocidades e sua imensa capacidade de destruição. Dentro desse contexto, o “portador da verdade” passa a ser uma anormalidade dentro do sistema silencioso de extermínio em massa, porque ele pode dizer ao mundo aquilo que deveria ter desaparecido com as vítimas. (NAKAGAWA, 2014, p. 23)

Desta forma, o testemunho ganha um espaço importante ao olharmos para o trauma, já que encerra em si uma necessidade pessoal de metabolização do ocorrido, mas também um caráter de contribuição histórica e de luta, buscando que a história seja contada por aqueles que viveram os horrores das violências produzidas pelo Estado e, assim, contribuindo para a metabolização e elaboração das catástrofes do século XX, vislumbrando a não banalização da violência e projetando um futuro menos violento.

## 3 CAPÍTULO II

### 3.1 A Psicologia

De maneira geral, sabe-se da importância histórica da *Shoah*, entende-se a gravidade do pensamento nazista e tem-se horror à violência perpetrada pelo Terceiro Reich. Porém, entende-se, majoritariamente, que este assunto deve ser tratado pelo campo da História, se encerrando no estudo dos fatos e em sua transmissão enquanto parte pontual da História da humanidade.

Tal pensamento acaba por apagar histórias de vítimas e sobreviventes, fazendo com que se tenha a sensação de um passado remoto e sem rostos, não sendo levado em consideração os traumas produzidos, o genocídio de milhões de pessoas e sua relação com a atualidade. Além disso, este pensamento negligencia elemento fundamental e central dos traumas produzidos pela violência de Estado: seu componente coletivo. Nesse sentido, este tipo de evento histórico abrange as mais diversas áreas da vida humana e, portanto, deve ser entendido e analisado em todos os campos que envolve por mais diversos e abrangentes que sejam.

Assim, além do olhar individual, da reconstrução, da análise e da transmissão histórica - que, de fato, tem grande importância -, deve-se olhar, ainda, para outro aspecto: o trauma enquanto coletivo, produzindo efeitos sociais a longo prazo. Para o entendimento integral deste tipo de violência, faz-se necessária a análise a partir de ferramentas do campo da Psicologia, buscando entender tanto os efeitos individuais, quanto os efeitos coletivos e sociais.

Dessa forma, este capítulo buscará uma breve aproximação do campo da Psicologia e dos traumas produzidos pela violência de Estado. Para isso, utilizará os testemunhos de Primo Levi como base e lançará mão da Psicanálise e da Psicologia Social, buscando esclarecer conceitos, relacionando-os com os aspectos psicológicos e sociais encontrados no testemunho da *Shoah*.

### 3.2 O que é o trauma?

Apesar de sua difícil definição, o conceito de trauma se faz presente nas mais diversas abordagens da Psicologia e é entendido de diferentes maneiras. Para a Psicanálise, a noção de

trauma é central, estruturando a teoria e a prática. Ainda assim, existem discussões e visões divergentes dentro da própria abordagem.

Para a análise proposta, faz-se necessário o entendimento do trauma inserido em uma noção de história, ou melhor, de historicidade. Como colocado por Soares (2021), a "[...] relação traumática (choque em princípio de prazer com o princípio de realidade) oriunda de nosso passado (infância ou eventos como guerras, genocídios e outros tipos de violência) e de nossas primeiras relações de alteridade (mundo externo)." (p.1). Ou seja, o trauma advém de um choque entre o mundo interno, regido pelo princípio de prazer e o mundo externo, regido pelo princípio da realidade. Essa relação situa-se no passado do sujeito, mas tem efeitos no presente e no futuro, podendo ser lembrado e repetido.

Assim,

As excitações externas que são fortes o suficiente para romper a proteção nós denominamos traumáticas. Acho que o conceito de trauma exige essa referência a uma defesa contra estímulos que normalmente é eficaz. Um evento como o trauma externo vai gerar uma enorme perturbação no gerenciamento de energia do organismo e pôr em movimento todos os meios de defesa. Mas o princípio do prazer é inicialmente posto fora de ação. Já não se pode evitar que o aparelho psíquico seja inundado por grandes quantidades de estímulo; surge, isto sim, outra tarefa, a de controlar o estímulo, de ligar psicologicamente as quantidades de estímulo que irromperam, para conduzi-las à eliminação. (FREUD, 1920/2010, p. 192 apud NAKAGAWA, 2014, p. 35)

Quando o sujeito é surpreendido por uma quantidade excessiva de excitação, seu aparelho psíquico é transbordado, de maneira a colapsar o trabalho de metabolização e de ligação, caracterizando o momento do acontecimento pela ordem do horror, que choca o sujeito. Passado o momento de horror, a psique é convocada, trabalhando para o escoamento, ligando-a para descarregá-la, recolhendo as sequelas do impacto, recorrendo a mecanismos internos e buscando no corpo social recursos para lidar com a situação. Porém, isso não é possível, já que, pela falta de recursos internos e externos, o trauma não pode ser representado, fazendo com que o sujeito mantenha esta energia livre, sem possibilidade de metabolização, apesar da psique ativar todos os seus mecanismos na busca de dar conta do ocorrido. Isso faz com que a cena traumática seja revivida de maneira repetida pelo sujeito, demonstrando a busca incessante pela representação.

A representação aqui será norteada pela Psicanálise e pela Psicologia Social, sendo entendida como "[...] todo e qualquer conteúdo cognitivo; portanto, percepções, imagens, lembranças, palavras ou ideias." (NAKAGAWA, 2020, p. 41), ou seja, entende-se como representação a possibilidade de ligação entre a vivência e algum tipo de materialidade, como

imagens, lembranças, palavras, sonhos, que não pode ser feita no trauma e por isso as cenas passam a ser repetidas. Ao falar sobre a difícil compreensão e transmissão do que foram os *Lager*, Primo Levi (2022, p. 12) coloca que, "[...] sentia-se dominado por um enorme edifício de violência e de ameaça, mas não podia daí construir uma representação porque seus olhos estavam presos ao solo pela carência de todos os minutos.", indicando essa falta de recursos para representar o vivido, já que se trata de uma experiência arrebatadora que jamais fora imaginada não sendo possível encontrar correlatos em seu repertório de representações.

É necessário pontuar que, frente a situação traumática, a psique retira energia de todas as atividades secundárias, para que o foco se torne a resposta adequada ao que se coloca, buscando a sobrevivência egóica (NAKAGAWA, 2014, p. 36). Dessa forma, "coagido a trabalhar em prol das condições mínimas que possibilitem a sobrevivência" (ENDO, 2005, p. 114 apud NAKAGAWA, 2014, p. 36), o ego encontra-se corporificado, já que foram retirados os investimentos psíquicos, empobrecendo seu funcionamento. Desta forma, o trauma gera sofrimento psíquico e corporal, sendo seu ressurgimento e sua repetição na vida do sujeito parte de um sintoma, demonstrando sua vividez e sua falta de metabolização, podendo ser feita através do corpo.

Segundo Nakagawa (2020), quando falamos de catástrofes, ao entendimento de trauma, deve ser acrescido um entendimento referenciado na abordagem freudiano-laplanchiano, que coloca trauma como

o caráter de todo acontecimento maior que o sujeito que o sofre, porque socialmente – mais que individualmente – determinado, porque muitas vezes mais antigo e também destinado a durar mais que o sujeito, porque acontecimento que carrega em grande medida o índice de um enigma. (p. 38)

Quando falamos sobre traumas produzidos por guerras, entende-se que "Os tempos que sucedem à guerra implicam a elaboração de respostas mentais para a experiência de ruptura biográfica." (FROCHTENGARTEN, 2005, p. 25). Ou seja, quando tratamos de traumas produzidos por guerras e violência de Estado, falamos de um ruptura não apenas psíquica entre passado, presente e futuro, mas sim uma ruptura biográfica e material, seja pelo trauma que se produz internamente, seja pela mudança de vida, a necessidade de abandonar tudo aquilo que é conhecido enquanto ser e viver.

Ainda, como colocado por Frochtengarten (2005), o trauma vivido por sobreviventes tem uma dimensão solitária, o vivido se cola na subjetividade e torna impossível o acesso a partir do pensamento e do discurso, o lança para fora do campo simbólico. Tal dimensão

solitária é acrescida à falta de potencial figurativo da experiência, fazendo presente o paradoxo da necessidade-impossível, já que existe a necessidade de representá-lo para sua elaboração, mas também a impossibilidade de representação.

Nesse sentido, o sujeito permanece no presente do trauma, sem que o trabalho do pensamento e da elaboração possam ser feitos e fazendo com que o vivido siga sem ligações com a atualidade. Assim,

A vivência traumática, por isso, escapa ao rol de experiências que se prestam à livre associação. Suas imagens persistem desintegradas de outras representações e associadas a emoções cuja veracidade não pode ser atenuada. Nessas condições, a visitação as lembranças mais assume um caráter compulsivo: recordar é como reviver os acontecimento. (FROCHTENGARTEN, 2005, p. 26).

Outro fator de suma importância quando se trata de traumas produzidos pela violência de Estado é o sentimento de abandono, o sujeito se vê em uma situação na qual o Estado, responsável pela representação do pacto social, o quebra deixando a vítima desamparada. Rodrigo Blum (2014), ao falar sobre esta quebra do pacto social, coloca

Os sentimentos de abandono e de desfiliação completa se mostram presentes e absolutos. O pior dos exílios é aquele em que o sujeito se vê exilado em si mesmo. O exílio é bidimensional. É este o estado - bidimensional - de silêncio e de irrepresentabilidade que o traumático produz. O campo do abandono, o outro lado do estranho, o não familiar, a marca profunda e permanente do mal radical, a ruptura trágica com o pacto social. (p.1)

Nesse sentido, a negação do pacto social deixa marcas profundas no psiquismo das vítimas da catástrofe, que carregam consigo o sentimento de terem sido abandonadas pelo mundo e de que não pertencem mais à humanidade, não podendo recorrer e confiar em nada além de si mesmos.

Por conta desta difícil e solitária jornada para a representação, é possível perceber quando ouve-se a narrativa de um sobrevivente, principalmente aqueles que o fazem constantemente, que seus testemunhos encontram-se prontos, indicando um enrijecimento que mostra um distanciamento do sujeito em relação a suas lembranças. Muitas vezes, recorre-se a estereótipos, que blindam o sujeito. Nota-se um testemunho rico em detalhes, que impacta o ouvinte, mas que, ao mesmo tempo, distancia o sobrevivente, que relata de maneira anestesiada.

Este é um recurso de proteção psíquica, já que o sobrevivente se vê impelido a testemunhar e lutar contra o esquecimento e a violência, mas que, por outro lado, nota que a experiência vivida é, na maior parte dos casos, irrepresentável, traumática e geradora de muito

sofrimento. Ao blindar-se, protege-se psiquicamente, mas também coloca a impossibilidade de serem permeados por novas significações e bloqueia o trabalho da memória (FROCHTENGARTEN, 2005).

Como colocado por Primo Levi (2022):

Neste caso atuam todos ou quase todos os fatores que podem obliterar ou deformar o registro mnemônico: a recordação de um trauma, sofrido ou infligido, é também traumática, porque evocá-la dói ou pelo menos perturba: quem foi ferido tende a cancelar a recordação para não renovar a dor; quem feriu expulsa a recordação até as camadas profundas para dela se livrar, para atenuar seu sentimento de culpa. (p.18)

Quando se ouve sobreviventes que não falam muito sobre suas experiências, a falta de enrijecimento torna-se clara. A lembrança do trauma e, portanto, seu testemunho, além de difícil realização - que pode ser percebida pelo ouvinte -, evoca diversas emoções e respostas corporais, pode-se observar a confusão, a aflição e a angústia; os gestos, os silêncios, as inquietações; a raiva, a dor, o sofrimento, o medo. Esses elementos do testemunho o fazem não linear, confuso e cheio de lacunas, chegando até a paralisar o sujeito. Assim, como coloca Levi (2022)

De homens que conheceram essa destituição extrema não se pode esperar um depoimento no sentido jurídico do termo, e sim algo que fica entre o lamento, a blasfêmia, a expiação e o esforço de justificativa, de recuperação de si mesmos. Deve-se esperar antes um desafogo libertador do que uma verdade com rosto de Medusa. (p. 41)

É interessante ressaltar o sentimento de angústia, muito comum nas narrativas de sobreviventes de catástrofes. Isso se dá, já que "A angústia é o mais indeterminado dos afetos, pois é afeto que partiu de experiências que, enigmáticas, superaram muito nossa capacidade de compreendê-las, assimilá-las e, afinal, desprender-se delas. Experiências, por isso, traumáticas." (NAKAGAWA, 2020, p. 34). Ou seja, a angústia é sentimento inerente ao trauma, sempre faz-se presente e tem reverberações na vida do sobrevivente.

Para caminhar no sentido de metabolização do traumático e, portanto, do tratamento do sintoma - repetição e perturbações da vida do sujeito -, o trabalho analítico faz-se imprescindível, no sentido de conscientização do sujeito em relação a sua historicidade. Assim, é necessário entender que "[...] o que causa sofrimento a ele agora é fruto de uma construção histórica do eu" (SOARES, 2021, p.2). Nesse sentido, entende-se que "[...] é na experiência histórica que buscamos formas de entender o presente." (SOARES, 2021, p. 2).

Tendo em vista a compreensão do trauma exposto acima, os elementos que o formam, suas características e peculiaridades e levando em conta as singularidades colocadas pelas diferentes vivências, faz-se possível e necessário o trabalho de elaboração do trauma no âmbito individual - aqui entendido enquanto trabalho de elaboração psíquica pessoal, seja ele no dispositivo clínico grupal ou individual -, para que o sujeito possa integrar a experiência e projetar um futuro.

### **3.3 Traumatização Psicossocial Coletiva**

As definições colocadas acima, formadas principalmente através da Psicanálise, apesar de essenciais para o trabalho com o trauma, não abrangem o elemento essencial do trauma produzido por violência de Estado, a coletividade. Assim, mostram-se extremamente importantes, porém insuficientes para a análise proposta, já que dão conta apenas do âmbito individual do trauma, indicando apenas escassas possibilidades para o olhar social.

Buscando superar estas lacunas deixadas pela Psicanálise e aliar saberes em relação aos traumas coletivos e sua elaboração, recorreu-se a Psicologia Social, campo que abre caminhos para a discussão do componente coletivo do trauma. Utilizou-se, mais especificamente, o conceito de traumatização psicossocial coletiva, conceito explorado pelo psicólogo social Ignacio Martín-Baró (1942-1989) e pela Psicologia da Libertação.

Quando se fala em trauma psicossocial coletivo, fala-se de dois conjuntos de aspectos que fazem parte de sua construção: aspectos estruturais e aspectos intersubjetivos. Entre os aspectos estruturantes são colocados três elementos. O primeiro deles é o trauma psicossocial, que "[...] refere-se à análise dos sintomas psicossociais da violência política que se expressam em uma determinada população, em um grupo ou em indivíduos." (SIMÕES, 2021, p. 95). Ou seja, a atenção deixa de estar nos sintomas apresentados pelo paciente, como visto na Psicanálise, mas sim nos sintomas manifestados pela população atingida pela violência de Estado, enquanto grupo. Assim, o trauma psicossocial "[...] é a `cristalização traumática nas pessoas e nos grupos das relações desumanizadas'" (MARTÍN-BARÓ 1984a apud SIMÕES, 2021, p. 95). O segundo é a sequencialidade, um processo histórico que coloca a traumatização como composta por diversas experiências traumáticas que acumulam-se em sequência, intensificando e complexificando o processo do trauma. Já em relação ao terceiro elemento Simões (2021, p. 96) coloca que "[...] transgeracionalidade

refere-se aos efeitos do trauma psicossocial nas gerações seguintes àquelas que sofreram diretamente com a violência política."

O psicólogo social Fernando Frochtengarten, em seu livro *Memórias de vida, memória de guerra* (2005), disserta e exemplifica de maneira precisa aspectos da traumatização psicossocial coletiva, já que ao falar sobre a experiência de seus avós e de sua família, fala também da experiência de milhões de judeus. Frochtengarten (2005) relata que

"Um neto de judeus sobreviventes de campos de concentração não conhece uma guerra da mesma maneira que outras crianças. Pelas palavras de seus avós, ele pouco aprende sobre os impasses políticos e as estratégias militares que habitam os livros de história. A guerra não se apresenta à consciência como um acontecimento visto de fora." (p. XV)

Ou seja, nas gerações seguintes aos que viveram o trauma, a guerra é vista como parte da consciência, como parte de sua história, presentificando o elemento da transgeracionalidade.

Por conta de seu contato com a vivência de seus avós e de sua curiosidade em relação ao tema, o psicólogo propõe uma viagem às suas cidades de origem na Polônia. Seu avô, depois de anos aceita o convite, mas sua avó, assim como a grande maioria dos sobreviventes, se recusa a retornar. Esta recusa por parte da avó de Frochtengarten e de muitos outros sobreviventes, indica a presença do trauma psicossocial, já que há a cristalização traumática, não possibilitando novas significações (FROCHTENGARTEN, 2005).

Desta forma, é possível entender que a traumatização psicossocial coletiva refere-se a um processo histórico, que leva em consideração as inter-relações sociais de um grupo, e que o trauma atinge a todos aqueles envolvidos no mundo social, seja da geração presente, seja de futuras gerações que mantêm vínculos com os acontecidos anteriormente.

Em relação aos aspectos intersubjetivos, Simões (2021) coloca que eles "[...] indicam os padrões presentes nas relações intersubjetivas e que possibilitam a permanência e o desenvolvimento da traumatização psicossocial coletiva nos grupos." (p.96). Assim, a depender do grupo e de seu processo histórico, diferentes aspectos podem ser notados nas relações intersubjetivas.

Para a análise proposta, destaca-se três destes padrões presentes nas relações intersubjetivas. O primeiro deles é o desenraizamento, "[...] um processo de expropriação dos espaços, objetos, símbolos e relações sociais significativos para os sujeitos." (SIMÕES, 2021, p. 96). As referências nas quais o sujeito baseia sua subjetividade são retiradas, provocando a comunicação com o passado e o estabelecimento de novas fundações

para o futuro. Assim, "O desenraizamento interrompe um jeito de viver: mina por dentro o cotidiano", (FROCHTENGARTEN, 2005, p. 17) sendo possível entender que "Homens e mulheres deportados para os campos de concentração nazistas possivelmente tenham experimentado o mais alto grau de desenraizamento" (FROCHTENGARTEN, 2005, p. 17), já que viveram uma quebra absoluta em suas vidas materiais e, até mesmo, em seus corpos, assim como relatado nas obras de Primo Levi.

O segundo aspecto é a desumanização, processo que através de discursos e práticas baseadas em relações de violência e opressão, operam "[...] uma destituição da possibilidade de o outro se constituir como humano, individual e coletivamente" (SIMÕES, 2021, p. 96). Desta forma, coisifica-se a vítima, retira-lhe o valor, características e significados que o tornam humano, assim como relata por Primo Levi (1988, p. 33) sobre sua experiência de ser "[...] transformado em algo tão miserável, que facilmente se decidirá sobre sua vida e sua morte, sem qualquer sentimento de afinidade humana, na melhor das hipóteses considerando puros critérios de conveniência".

Por fim, coloca-se a humilhação social, que permeia toda a obra de Primo Levi, caracterizando-se por um "[...] processo de inferiorização, invisibilidade e maus tratos entre indivíduos ou grupos, que está condicionada à assimetria de poder dentro de uma sociedade onde há desigualdade política e econômica." (SIMÕES, 2021, p. 95), ou seja, as relações de opressão baseadas nessas desigualdades operam em direção a humilhação social, retirando a possibilidade de existência digna daquele grupo no âmbito social. Levi coloca, "Todos esses sofrimentos constituem o desdobramento de um tema, aquele suposto direito do povo superior de subjugar ou eliminar o povo inferior." (LEVI, 2022, p. 94), exemplificando a humilhação social, que, a partir de mecanismos próprios dos *Lager* justificado pelas relações de poder, infringe o sofrimento das vítimas, inferiorizando-as e justificando sua eliminação.

### 3.4 A Clínica

Primo Levi relata em seu livro *Os afogados e os sobreviventes: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades*, um sonho recorrente entre os sobreviventes dos *Lager*. O autor coloca

Quase todos os sobreviventes, oralmente ou em suas memórias escritas, recordam um sonho muitas vezes recorrente nas noites de confinamento, variando nos particulares mas único na substância: o de terem voltado para casa e contado com

paixão e alívio seus sofrimentos passados, dirigindo-se a uma pessoa querida, e de não terem crédito ou mesmo nem serem escutados. Na forma mais típica (e mais cruel), o interlocutor se virava e ia embora silenciosamente. (LEVI, 2022, p.7)

A partir do trecho narrado pelo autor pode-se fazer alguns apontamentos e aproximações com a Psicanálise e seu fazer clínico. O sonho permite pensar que a cena descrita não é estranha à Psicanálise, já que

Na clínica psicanalítica vemos sujeitos testemunhando suas histórias, escolhendo palavras que também se mostram insuficientes para traduzirem a dor da perda, o enredo do sintoma, a novela familiar, os mitos individuais etc, e que são ainda assim a expressão mais eloqüente, mais essencial e inerente ao ser falante. (ALVES; SOUSA, 2008, p. 10)

Ao testemunhar, o paciente convoca o psicanalista à escuta, assim como Levi convoca seus entes queridos. Desta forma, por ser um campo que se propõe ao trabalho com o discurso, entende-se que a Psicanálise tem lugar importante quando fala-se de escuta ativa e presente, e, portanto, quando fala-se de testemunho já que possui dispositivos que permitem sua realização.

Porém, como colocado anteriormente, os traumas produzidos por violência de Estado e seu testemunho tem peculiaridades e singularidades que convocam a clínica psicanalítica a transformar seus dispositivos clínicos para que seja possível fazer uma escuta terapêutica, de maneira a responder às necessidades colocadas pelo testemunho, que não terminam em seu fazer individual.

Quando trata-se de uma testemunha que carrega consigo traumas infligidos pela violência de Estado, trata-se de de um sujeito em estado de exílio, ou seja, um sujeito que encontra-se em

Um estado de desapropriação psíquica e afetiva. Um estado de profunda solidão e terror, em que a experiência traumática interrompe a atividade psíquica do sujeito e o lança a um tempo e espaço estrangeiros, um fora do campo simbólico. Neste sentido o exílio é um estado, um estado de sítio, um estado de ruptura, um mal estado. (BLUM, 2014, p. 1)

Este sujeito encontra-se exilado, não apenas pelas cenas que presenciou e viveu, mas porque foi colocado nesta situação, já que a violência sofrida foi perpetrada pelo Estado, fazendo com que "Os sentimentos de abandono e de desfiliação completa se mostram presentes e absolutos." (BLUM, 2014, p.1), materializando a ruptura com o laço social. Ou seja, o sujeito que sofreu este tipo de trauma carrega consigo um sentimento de ter sido

abandonado pelo mundo, que o atinge em seu sentimento de pertencimento à espécie humana, já que o opressor pactuou com a plateia as leis que regem aquele mundo, tirando-lhe do laço social. Tendo sido colocado do lado de fora da humanidade, o sujeito passa a não confiar no mundo e em sua justiça.

Lançado para fora do laço social e do campo simbólico, o sujeito fica preso no presente do trauma, buscando, através da repetição, a representação psíquica. Porém, sua busca não encontra possibilidade de realização, já que a psique não possui recursos para representar o trauma. Aqui nos deparamos com o paradoxo da necessidade-impossível, já que o sobrevivente busca a reinserção no mundo simbólico e o faz enquanto necessidade elementar, mas, ao mesmo tempo, em sua tentativa, encontra a impossibilidade de fazê-lo.

O sonho relatado por Levi, exemplifica de maneira clara a centralidade do paradoxo da necessidade-impossível quando indica que o sobrevivente, em um impulso vital, ao ver seus entes queridos, procura relatar suas experiências, mas ao fazê-lo não encontra a quem endereçar, fazendo com que sua experiência não seja reconhecida e, portanto, não seja permeada por novos significados, mantendo o sujeito no presente do trauma e sem possibilidade de elaboração.

Assim, ao olharmos para as produções sobre violência de Estado na área da Psicologia, encontramos o projeto das Clínicas do Testemunho como alternativa para a inserção neste campo, oferecendo recursos e transformações da clínica tradicional. Criada em 2012, "A Clínica do Testemunho é um trabalho terapêutico, que visa à reparação psicológica das vítimas da violência de Estado. Faz parte dos programas de justiça de transição, uma iniciativa da Comissão da Anistia" (VANNUCHI, 2014, p. 2). Assim, "A clínica parte do acolhimento das dores, dos afetos, dos signos, das palavras isoladas, e acompanha as intenções e os movimentos que podem promover a passagem daquilo que aparece cravado na carne como um signo, a um saber mais subjetivado." (VANNUCHI, 2014, p. 3), podendo ser realizada através de diferentes formatos, sejam eles individuais ou grupais.

Desta maneira, para a realização do trabalho da psicanálise na Clínica do Testemunho, é preciso admitir que para vítimas de violência de Estado "[...] dar testemunho da própria história e do próprio sofrimento, endereçando-os a alguém, seria uma forma de elaboração das vivências traumáticas." (GONDAR; ANTONELLO, 2016, p. 16). Como no sonho de Primo Levi, os sobreviventes convocam a participação de um terceiro a quem possa ser endereçado o testemunho, ou seja, "[...] para um

testemunho ter sentido, é preciso que alguém testemunhe essa fala e essa dor." (GONDAR; ANTONELLO, 2016, p. 18).

Aqui o analista é convocado a se colocar no lugar deste terceiro, exercendo sua função de testemunha e participando desse espaço transicional que é estabelecido na cena analítica. Nesse sentido, faz-se imprescindível o entendimento de que "Sem a nossa vontade de escutar, sem o desejo de também portar aquele testemunho que se escuta, não existe o testemunho." (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 72). Ou seja, quando tratamos da Clínica do Testemunho, o analista passa a estar implicado, entendendo que seu fazer clínico o torna também uma testemunha da violência de Estado, já que "Todo testemunho contém um endereçamento ao outro, o destinatário potencial, aquele que está lá para acolher o testemunho e se tornar a testemunha da testemunha." (BLUM, 2014, p.2).

Jô Gondar e Diego Frichs Antonello (2016) colocam ainda que

O que pode se produzir de mais favorável na realidade é a presença de um terceiro capaz de estabelecer um contraste entre o presente e um passado insuportável. Ao invés de desprender um fragmento de si, existe agora a possibilidade de não enfrentar sozinho a situação traumática. (p. 19)

Porém, para que o analista possa testemunhar de maneira integral o testemunho do sobrevivente e ocupar a posição de terceiro, sua postura, sua ética e seu fazer também devem se transformar. É preciso deixar de lado o pressuposto colocado por Freud de que

[...] o laço vertical com o líder seria o eixo a partir do qual se organizam os laços horizontais entre os membros de um grupo ou de uma instituição; haveria neste caso um modelo hierárquico no qual um chefe, uma ideia ou um ideal - enquanto representantes do pai - se manteriam como referências transcendentais das relações sociais. (GONDAR, 2012, p. 204)

Pelo contrário, é preciso criar entre analista e paciente uma relação de horizontalidade, de parceria e de confiança, na qual seja reconhecida "[...] a dimensão vulnerável de qualquer um, protegendo-a e lhe dando condições de existência."(GONDAR, 2012, p. 208), sendo de extrema importância que também seja reconhecida e colocada a dimensão vulnerável do analista, tornando possível sustentar o encontro com tamanho sofrimento por ambas as partes. Além disso, a

criação desse ambiente de horizontalidade e confiança pode ser capaz de restaurar a confiança do sobrevivente no mundo, possibilitando sua reinserção no laço social.

Outro fator importante que deve ser considerado na Clínica do Testemunho é o paradoxo da necessidade-impossível. O sobrevivente que é impelido a necessidade de testemunhar, o faz de maneira elementar, buscando resgatar o vivido para que possa ser elaborado, porém, é preciso entender a impossibilidade de fazê-lo. Os horrores vistos e vividos esbarram no limite da linguagem, não sendo possível estabelecer uma verdade absoluta e sendo utilizados recursos não verbais que devem estar presentes na escuta do analista.

Aqui, o principal trabalho do analista torna-se o de reconhecer, de dar lugar ao trauma na medida em que o sujeito é ouvido, visto, aprovado e respeitado. Reconhecer "[...]implica dar crédito ao trauma, validando as percepções e sentimentos daquele que sofreu a violência." (GONDAR; ANTONELLO, 2016, p. 19) e, contrariando o trabalho psicanalítico tradicional, a afetividade é exigida para que o reconhecimento seja feito. A vivência do sobrevivente deve tocar o analista em sua dimensão vulnerável, a desumanização narrada deve tocar o analista na humanidade que encerra em si. Deve-se assumir a inexistência da neutralidade, como colocado por Jô Gondar (2012) "De fato, não é possível uma posição neutra a este respeito: ou se reconhece alguém ou se o desmente, sendo a neutralidade uma atitude produtora de desmentidos" (p. 200).

Tendo em vista os fatores expostos acima, Rodrigo Blum (2014) sintetiza de maneira clara do que se trata a Clínica do Testemunho

Tratar a clínica como testemunha significa abandonar de certo modo o registro da interpretação para situar como paradigma o registro da identificação. O caráter identificatório vem a serviço de uma abertura para o imaginário, abertura esta que parte de um princípio clínico psicanalítico, ou seja, uma escuta ampla e radical para o singular e plural. O reconhecimento de uma identidade comum, dado pela testemunha ao testemunho, provoca um laço identificatório onde aquele que narra o trauma esforça-se por transmitir sua experiência e aquele que o acolhe se debruça em imaginar. É a partir desta capacidade analítica de imaginar o inimaginável que a clínica se propõe a ser a testemunha do testemunho. Uma tentativa com a profundidade e tridimensionalidade que se exige ao oferecer um campo de simbolização razoavelmente seguro de partilha de um mesmo objeto. (p.3)

Assim, a Clínica do Testemunho coloca o encontro do analista com um sujeito que carrega consigo o limite humano, a dor extrema, vivências inenarráveis, sendo

necessário renunciar interpretações e caminhar na direção de produzir condições para a figurabilidade, de penetração de novos significados e tornando possível o trabalho clínico analítico. É necessário chamar a imaginação "[...] arma que deve vir em auxílio do simbólico para enfrentar o buraco negro do real do trauma. O trauma encontra na imaginação um meio para sua narração." (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 70).

Para que o analista possa "[...] testemunhar o invivível, é preciso que eles se disponham a sair de seu lugar." (GONDAR; ANTONELLO, 2016, p. 22), colocando-se em parceria com o sujeito, suportando e sustentando seu testemunho que se materializa em meio a muitas lacunas e sofrimentos. Faz-se necessário que o analista participe afetivamente do testemunhar, sensibilizando-se junto ao sujeito.

Desta forma, utilizando-se do analista enquanto agente que sustenta e suporta o lugar do trauma, das peculiaridades do testemunho e da afetividade, a Clínica do Testemunho entende que "O trabalho com os efeitos traumáticos da violência consiste na construção de memória, porque o trauma é precisamente aquilo que não se faz passado." (VANNUCHI, 2014, p. 5), já que, como colocado por Primo Levi (2022, p. 59), "Esquecemos não só nosso país e nossa cultura, mas a família, o passado, o futuro que nos havíamos proposto, porque, como os animais, estávamos restritos ao momento presente". Ou seja, o trabalho com o trauma da violência de Estado não busca interpretações, não-ditos e teorias, mas sim colocar o trauma no passado, abrindo portas para a presentificação do sujeito e a possibilidade de projetar um futuro, restabelecendo o laço social, a confiança e produzindo memória.

É tarefa da Clínica do Testemunho o reconhecimento através do analista, possibilitando a elaboração do trauma no âmbito pessoal e abrindo caminho para novas possibilidades na vida do sujeito. Porém, uma vez que o trauma foi produzido socialmente, deve-se tratá-lo também socialmente.

Sendo assim, a Clínica do Testemunho não se encerra na relação paciente-analista, tratando o trauma no âmbito da elaboração individual, mas expande-se entendendo como sua função a composição da luta política por reconhecimento social do trauma, por reparação histórica e por ações que não permitam que os horrores vividos por aquele grupo se repitam mesmo que sob novas roupagens, interesses e grupos sociais.

Cabe a Clínica do Testemunho a criação de memória no trabalho com o sujeito e com sua historicidade, mas é também função deste tipo de fazer clínico o trabalho com a memória social, no sentido de que possam ser tratados também a traumatização psicossocial coletiva em seus aspectos estruturantes. Busca-se olhar para o trauma psicossocial que revela sintomas no grupo, na intenção de abrandar seu sofrimento e mudar sua dinâmica. Ao fazê-lo diminui-se a sequencialidade, já que os traumas psicossociais são elaborados, não se acumulando e perdendo seu potencial de intensificar e complexificar o processo do trauma. Quando olhamos para esse âmbito, também agimos em relação à transgeracionalidade do trauma, já que, a partir da elaboração coletiva, é possível diminuir os efeitos nas gerações seguintes.

Assim, torna-se tarefa da Clínica do Testemunho e da Psicologia, auxiliar na ligação entre passado, presente e futuro, criando memória no âmbito individual e coletivo, para que abram-se possibilidades de novos caminhos, para os indivíduos e para os grupos de, que fazem parte. Além disso, ao criar memória coletiva, cria-se também, no grupo traumatizado, a luta pela não repetição das situações e da violência que produziu os traumas trabalhados.

## **4 CAPÍTULO III**

### **4.1 Tornar-se testemunha do testemunho**

Muito se falou sobre o processo analítico dentro da Clínica do Testemunho, considerando a atuação da Psicologia em relação a elaboração do trauma e de seu papel central no trabalho da memória, tanto em seu âmbito individual, quanto no âmbito da

traumatização psicossocial coletiva. Porém, existe um fator de extrema importância nesse processo, que se faz imprescindível para situar o papel da Psicologia na lida com os traumas produzidos pela violência de Estado: tornar-se testemunha do testemunho.

Quando um sobrevivente, em um ato de extrema liberdade, se propõe a quebrar o silêncio e testemunhar, um outro é convocado a escutar, assim como Primo Levi relata no sonho. O outro faz o testemunho existir, já que "Não existe possibilidade de existência testemunhal sem o desejo de um coletivo, sem aquele que possa portar o testemunho a fim de lhe dar ao mesmo tempo uma dimensão singular e simbólica." (BLUM, 2014, p. 2). Ou seja, para que a experiência do sobrevivente possa ser permeada por novas significações, é preciso que o analista participe da cena, incluindo a dimensão simbólica e tornando-se testemunha do testemunho.

Desta forma, estabelece-se que a clínica e, portanto, o analista estão atravessados pela memória, tornando-se testemunhas e colocando-se como um verdadeiro laço social. Desta forma, o mundo simbólico do analista e sua capacidade de imaginar são convocados, "É a partir desta capacidade analítica de imaginar o inimaginável que a clínica se propõe a ser a testemunha do testemunho." (BLUM, 2014, p. 3).

Ao tornar-se o outro em sua clínica, o analista torna-se também uma testemunha, "Testemunha esta que guarda em seu interior o laço com o restabelecimento do pacto social, ou ainda, com a reconquista de uma confiança destruída em seu nível mais primário." (BLUM, 2014, p. 3), passando a compartilhar com o sobrevivente o mesmo objeto, deixando-se tocar e afetar por ele. Assim, o testemunho "[...] nos lança em um devir outro, numa alteridade que não é apenas a do outro, mas a nossa própria. É daí que deriva o nosso incômodo; ela nos faz também testemunhas, participantes de algo intraduzível." (GONDAR; ANTONELLO, 2016, p. 22).

Entende-se aqui o tornar-se testemunha do testemunho, não enquanto ocupação por parte do analista de uma experiência que não é sua, mas sim de suportar e sustentar um espaço indeterminado, no qual o paradoxo da necessidade-impossível do testemunho possa se presentificar e que o reconhecimento do sofrimento do sobrevivente seja possível, ressoando no analista que compartilha este espaço, de maneira a produzir trocas afetivas e de confiança. Ao testemunhar o testemunho, o analista passa a levar em conta que "Somos todos responsáveis por essa história: os que contam, os que mostram e os que escutam.

Assim, podemos, como testemunhas, continuar a narrar o que vemos no desafio de capturar este excesso de real." (ALVES; SOUSA, 2008, p. 2).

#### 4.2 Compromisso social

O trabalho com testemunhos, com a violência de Estado e com o trauma coletivo coloca diversas particularidades próprias deste tipo de vivência que devem estar presentes ao longo de todo o processo. Em relação ao trabalho clínico propriamente dito, compreende-se sua indiscutível importância em relação à elaboração pessoal do trauma, permitindo o trabalho de memória e de sobrevivência após o trauma, garantindo a possibilidade de uma qualidade de vida ao sobrevivente. Além disso, o trabalho clínico produz efeitos em relação às dinâmicas relacionais do sobrevivente e de seu grupo, trabalhando o trauma psicossocial e seus sintomas na busca de abrandar seu sofrimento e mudar seu funcionamento, atentando-se para a sequencialidade e para a transgeracionalidade. Desta forma, a Clínica do Testemunho auxilia na ligação entre passado, presente e futuro, criando memória no âmbito individual e coletivo, para que abram-se possibilidades de novos caminhos, para os indivíduos e para os grupos que fazem parte.

Porém, tendo em vista os fatores sociais que produzem o trauma e os efeitos sociais produzidos pela traumatização psicossocial coletiva, entende-se que apenas o trabalho clínico não é suficiente para a elaboração do trauma. Isso se dá por um fator central da violência de Estado que deve ser levado em conta: a tentativa de apagamento das provas, ou seja, das vítimas, promovendo junto a isso o não reconhecimento social dos acontecidos. Primo Levi em *Os afogados e os sobreviventes: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades* (2022), deixa claro tal fator ao dizer que "De resto, toda a história do curto 'Reich Milenar' pode ser relida como guerra contra a memória, falsificação orwelliana da memória, falsificação da realidade, negação da realidade, até o ponto de fuga definitiva da realidade mesma." (LEVI, 2022, p. 24). Márcio Seligmann-Silva (2008) ao falar sobre o coloca: "O genocida sempre visa a total eliminação do grupo inimigo para impedir as narrativas do terror e qualquer possibilidade de vingança. Os algozes sempre procuram também apagar as marcas do seu crime." (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 75) apontando para a centralidade desta particularidade e a necessidade de inserção no processo.

Ou seja, mesmo que o trauma coletivo seja um acontecimento que marca socialmente um antes e um depois, o evento não necessariamente traumatiza a todos. O grupo

traumatizado, passado o momento do horror, busca recolher as sequelas do impacto, recorrendo ao corpo social enquanto sustentação do trauma, enquanto reconhecimento do traumático. Porém, ao se voltar à sociedade em busca de amparo, se depara com o apagamento de sua vivência, com o não reconhecimento social e a banalização da violência, como colocado por Levi (2022), entendendo que "A sujeição ao silêncio não se restringe ao torturador e torturado, mas a toda a sociedade." (VANNUCHI, 2014, p. 2), dificultando tanto o trabalho individual quanto o coletivo, já que "Só se pode entender a veracidade de um testemunho se ele for escutado, testemunhado, por um outro, por um grupo, por uma clínica, por uma sociedade." (BLUM, 2014, p. 2).

Assim, o testemunho e os traumas coletivos, nos coloca uma responsabilidade não só do sobrevivente, mas também do analista, o que gera um incômodo e o introduz como participante de algo indizível, fazendo necessário, aliado ao trabalho clínico, o trabalho político por parte da Psicologia e de outros saberes que se implicam com a violência de Estado. Após uma vivência de descontinuidade social, deve-se sim trabalhar o campo individual, porém ao fazê-lo e tornar-se testemunha do testemunho, torna-se também responsável pelas histórias dos sobreviventes, assumindo um compromisso social, que exige tanto um trabalho clínico, quanto político.

Nesse sentido, o analista e o campo da Psicologia passam a carregar consigo a luta contra o apagamento, buscando o reconhecimento social dos acontecimentos, para que a sociedade tenha possibilidade de rever seu funcionamento, utilizando da descontinuidade como ferramenta de mudança social. O trabalho de memória individual e coletiva, que está intrinsecamente ligado ao fazer político, faz parte do compromisso ético da Psicologia, que deve estar sempre na busca de não tornar-se plateia da violência, mas sim um agente ativo em seu combate.

Compreendendo a neutralidade como inexistente, faz parte do trabalho do psicólogo o uso de "[...] outras formas plásticas de sublimação da dor pode acontecer por meio dos projetos de depoimentos nas Comissões da Verdade, pela militância política, através de escritos literários, estudos acadêmicos, reportagens jornalísticas, canto, pinturas, colagens, esculturas, cinema, projeto clínico, etc." (ALVES; SOUSA, 2008, p. 5), seja em seu trabalho, em sua vida pessoal ou em sua militância política.

Desta forma, entende-se que os recursos teóricos e clínicos são de extrema importância na Clínica do Testemunho, permitindo um entendimento do trauma e de suas peculiaridades. Porém, tais recursos colocam-se enquanto fio-condutor, enquanto pano de fundo, compreendendo que o enfoque está na acolhida do sujeito que deve ser permeada por

afetividade e reconhecimento. Além disso, na lida com o trauma coletivo e a violência de Estado, é estabelecida uma ética e uma postura, que exigem uma posição política de enfrentamento social do trauma, se estendendo para fazeres além da clínica.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A história da Humanidade, e mais especificamente, o século XX, é marcado por discontinuidades, por acontecimentos que marcam socialmente um antes e um depois, por traumas coletivos promovidos pela violência de Estado, que produzem efeitos extensos até os

dias de hoje. Entre eles, a *Shoah*, genocídio que nos mostra uma máquina de morte sem precedentes e que nos dá materiais para refletir sobre as violências que vivemos e produzimos ao redor do mundo.

A marca do um antes e um depois deixada pelo trauma da violência de Estado é feita em dois âmbitos: o individual e o social. No âmbito individual, nota-se que o sujeito, ao viver um trauma, a princípio vive o acontecimento da ordem do horror, do choque sem ter recursos internos para lidar com o ocorrido. Em seguida, passa ao movimento de recolher as sequelas do impacto, vasculhando seus mecanismos internos em busca de maneiras de metabolizar tudo que lhe aconteceu. Neste momento, recorre também ao corpo social, em busca de reconhecimento, de validação e de amparo, o que não é encontrado.

No âmbito coletivo, algo semelhante acontece. Quando um evento como a *Shoah* ocorre, o corpo social se depara com cenas de horror, com o choque que paralisa os recursos para lidar com o acontecimento. Passado o choque, a sociedade compreende que nem todos foram traumatizados por aqueles eventos, optando pelo esquecimento, por não oferecer recursos sociais para que o corpo social se repense a partir da descontinuidade.

Tendo em vista a traumatização produzida pela violência de Estado, a Psicologia passa a ter papel fundamental no trabalho de metabolização individual e coletiva dos acontecimentos. Através da Clínica do Testemunho, é possível encontrar um caminho para responder adequadamente ao que este tipo de trauma coloca. Posicionando a relação analítica no sentido da horizontalidade, da continência, da afetividade e da escuta ativa, é possível que a cena analítica torne-se um caminho para o sobrevivente voltar ao laço social e permear suas vivências com novos significados, abrindo-se para uma sobrevivência após o trauma.

Aqui, não só o trabalho do sobrevivente em relação ao seu trauma se coloca, coloca-se também o papel do analista: a cena analítica deve transformar-se, e a posição do analista deve acompanhar. Deve-se entender a delicadeza de lidar com a violência de Estado e a importância da presença, da capacidade de imaginar o inimaginável e da disposição para ser afetado pelo testemunho. É preciso entender que quando se escuta um sobrevivente torna-se testemunha do testemunho, o que faz do analista responsável não só pela lida na cena analítica individual ou grupal, mas também na luta política.

É nesse sentido que o psicólogo e a Psicologia assumem a responsabilidade de serem agentes ativos nessa luta, utilizando recursos teóricos e clínicos, além de outras formas de expressão, para promover a memória individual e coletiva. O compromisso político e social se torna essencial para combater o silêncio, a banalização da violência e buscar o reconhecimento coletivo.

Assim, o fazer clínico e o fazer político passam a fazer parte de um só fazer: o trabalho com o trauma. Para isso, a Clínica do Testemunho se mostra um caminho rico para ir em direção a um compromisso ético e social mais amplo, que exige o enfrentamento clínico e político dos acontecimentos traumáticos, buscando a transformação da sociedade e construindo memória.

Esta luta permite que a memória coletiva se estabeleça, favorecendo a superação do trauma tanto no âmbito individual, quanto coletivo e apontando na direção de uma sociedade que seja capaz de integrar passado, presente e futuro, revendo suas posturas e políticas. Assim impactam-se dinâmicas relacionais, sociais, a vida dos sobreviventes, das comunidades e a própria estrutura social. É válido ressaltar a importância de repensar caminhos, revendo os ambientes de trabalho, os recursos, as posturas, entre outros.

Em suma, a Clínica do Testemunho, aliada ao compromisso político e social da Psicologia, é capaz de oferecer uma abordagem abrangente e ética para lidar com os traumas produzidos pela violência de Estado. Por meio da escuta ativa, do reconhecimento do testemunho e do engajamento em ações, como Comissões da Verdade, militância política, etc. que possibilitem a transformação social, os profissionais da Psicologia devem desempenhar um papel significativo, confrontando os horrores do passado e vislumbrando um futuro diferente.

Por fim, é necessário ressaltar que ainda existem diversas particularidades da violência de Estado as quais devem ser olhadas com a devida atenção. Além disso, o presente projeto tomou a *Shoah* e o testemunho de Primo Levi para a aproximação entre este tipo de trauma e a Psicologia, porém os estudos devem se expandir para outros eventos do passado como a Ditadura Militar brasileira, que até hoje não obteve reconhecimento social, assim como para eventos da atualidade, como o racismo estrutural presente nas mais diversas sociedades, a violência contra povos originários, contra grupos LGBTQIA+ e as mais diversas formas de opressão, que carregam muitas semelhanças e interações com os traumas observados na *Shoah*.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Marcia Barcellos; SOUSA, Edson Luiz André de. **Testemunho: metáforas do lembrar**. Pepsic, 2008. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-11382008000200014](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-11382008000200014)>. Acesso em: 11 de outubro de 2022.

BLUM, Rodrigo. **A clínica como testemunha: silêncio e representação**. Percurso, 2014. Disponível em:

<[https://revistapercurso.com.br/index.php?apg=artigo\\_view&ida=1097&ori=edicao&id\\_edicao=52](https://revistapercurso.com.br/index.php?apg=artigo_view&ida=1097&ori=edicao&id_edicao=52)>. Acesso em: 10 de junho de 2022.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios sobre psicologia social**. 4<sup>a</sup> ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2022.

FROCHTENGARTEN, Fernando. **Memórias da vida, memórias da guerra: um estudo psicossocial sobre o desenraizamento**. São Paulo: Perspectiva: Fapesp-SP, 2005.

GONDAR, Jô. **Ferenczi como pensador político**. Pepsic, 2012. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-62952012000200011&script=sci\\_abstract](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-62952012000200011&script=sci_abstract)>.

GONDAR, Jô; ANTONELLO, Diego Frichs. **O analista como testemunha**. Scielo, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psup/a/375pzJjbQgRGxBSYLrksWrN/?lang=pt>>. Acesso em: 10 de maio de 2023.

HEBERLEIN, Ann. **Arendt: Entre o amor e o mal: uma biografia**. 1<sup>a</sup> ed. São Paulo: Companhia das letras, 2021. Acesso em: 10 de maio de 2023.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: O breve século XX :1914-1991**. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

LEVI, Primo. **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LEVI, Primo. **Os afogados e os sobreviventes: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades**. 5<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2022.

NAKAGAWA, Cristiane Izumi. **Hiroshima: a catástrofe atômica e suas testemunhas**. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-06112014-155200/pt-br.php>>. Acesso em: 13 de abril de 2023.

NAKAGAWA, Cristiane Izumi. **Trauma e sentido, culpa e perdão, vergonha e honra nos hibakushas: um estudo de testemunhos e seus paradoxos**. 2020. Tese (Doutorado em Psicologia: Psicologia Social) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Narrar o trauma - a questão dos testemunhos de catástrofes históricas**. Scielo, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pc/a/5SBM8yKJG5TxK56Zv7FgDXS/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 15 de março de 2023.

SILVA, Francisco Carlos T.; SCHURSTER, Karl. **A historiografia dos traumas coletivos e o Holocausto: desafios para o ensino da história do tempo presente**. Estudos Ibero-americanos, Porto Alegre, vol.42, núm. 2, pp. 744-772, maio-agosto, 2016. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/23192>>. Acesso em: 7 de abril de 2023.

SIMÕES, Bruno. **O trabalho da psicologia na luta por direitos coletivos dos povos indígenas: parecer psicossocial sobre os Xavante de Marãiwatsédé.** Revista Espaço Acadêmico, 2021. Disponível em <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/60912/751375152795>> . Acesso em: 15 de Maio de 2023.

SOARES, Rodrigo de Oliveira. **Lembrar, Repetir e Elaborar: historicidade e restituição da relação com a experiência histórica brasileira.** Lacuna, 2021. Disponível em: <<https://revistalacuna.com/2021/08/26/n-11-10/>>. Acesso em: 2 de setembro de 2022.

VANNUCHI, Maria Beatriz C. Carvalho. **Afinal, o que faz um psicanalista na Clínica do Testemunho?.** Percurso, 2014. Disponível em: <[https://revistapercurso.com.br/index.php?apg=artigo\\_view&ida=1096&ori=edicao&id\\_edicao=52](https://revistapercurso.com.br/index.php?apg=artigo_view&ida=1096&ori=edicao&id_edicao=52)>. Acesso em: 10 de junho de 2022.